

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 527.364 - PA (2019/0242037-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : OTACILIO JOSE QUEIROZ GONCALVES
ADVOGADOS : OMAR ADAMIL COSTA SARÉ - PA013052
RUI GUILHERME DE ALMEIDA DE SOUSA JUNIOR -
PA027641
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INIMPUTABILIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. As questões referentes ao tempo de prisão e eventual consequência do reconhecimento da necessidade de tratamento ambulatorial do paciente não foram analisadas pelo Tribunal de origem, circunstância que impede a análise por esta Corte, sob pena de supressão de instância.
2. A doença mental do acusado é objeto de incidente próprio e, até o momento, segundo o acórdão impugnado, "não existe qualquer comprovação do alegado nos autos" que justifique o deferimento do pedido formulado na origem, sobretudo porque não houve sequer a "apresentação de quesitos por parte da defesa com relação ao Incidente de Insanidade Mental, apesar de devidamente intimada".
3. Para afirmar que o paciente é inimputável e, por consequência, que ele faz jus ao tratamento ambulatorial, seria necessária a dilação probatória, providência vedada em habeas corpus.
4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**